



Saúde e sustentabilidade: relato de experiência de um grupo agroecológico (APROA) do Vale do Paranapanema a partir de uma emenda parlamentar
Health and sustainability: experience report of an agroecological group (APROA) from the Paranapanema valley based on a parliamentary amendment

Rosa, Julio¹; Rosa, ²Adell, Adriana ³ Pascon, Marina

¹APROA, julio@yakissobox.com.br; ² Faculdade de Saúde Pública USP, adriana.adell@gmail.com.br

³APROA, euquero@marinapascon.com.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas públicas e agroecologia

Resumo: Com o objetivo de promover a saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional por meio da agroecologia a partir de uma emenda parlamentar, a Associação dos Produtores Rurais Orgânicos de Assis - SP (APROA) se mobilizou para atender a duas demandas em seu território: o escoamento da produção e a assistência por meio da oferta de alimentos agroecológicos para pessoas em situação de vulnerabilidade que são usuárias do SUS. A experiência contribui para o eixo pois relata um projeto bem-sucedido que vincula grupos agroecológicos, o SUS e o poder legislativo. Os principais resultados do trabalho foram: adesão ao Protocolo de Transição Agroecológica com a emissão de 14 certificados, entrega de mais de 12 mil quilos de produtos agroecológicos e a união das agricultoras e agricultores enquanto associação. Entre as lições aprendidas, destaca-se a importância do vínculo entre as agricultoras e agricultores para a soberania e segurança alimentar e nutricional do território.

Palavras-Chave: agroecologia; política pública; território sustentável.

Contexto

Em meados de 2020, diante da emergência sanitária da pandemia de COVID-19, a insegurança alimentar e nutricional atingiu 55% dos lares brasileiros. Dentre eles, 9% das famílias estavam em situação de Insegurança Alimentar Grave (IA grave), ou seja, enfrentavam a fome. Nas áreas rurais, esse índice chegou a 12% (PENSSAN, 2021). Com o desmonte das políticas públicas estruturais de combate à fome e insegurança alimentar, os movimentos agroecológicos surgiram como uma alternativa na formulação de políticas públicas no âmbito local (MOREIRA et al, 2021).

Com o objetivo de promover a saúde a soberania e segurança alimentar e nutricional (SAN) por meio da agroecologia, a Associação dos Produtores Rurais Orgânicos de Assis (APROA) se mobilizou para atender a duas demandas em seu território: o escoamento da produção agroecológica, gerando renda no campo, e a assistência por meio da oferta de alimentos agroecológicos para pessoas vulneráveis que são usuárias do SUS.



A proposta da ação consistiu em destinar alimentos agroecológicos às famílias em vulnerabilidade, desde que pelo menos um dos membros estivesse em tratamento

pelo SUS. A possibilidade de articular com a Secretaria Municipal de Saúde e a compreensão de que a alimentação agroecológica pode ter impactos positivos na saúde resultaram na elaboração de uma emenda parlamentar. A experiência contribui para o eixo temático políticas públicas e agroecologia, pois relata um projeto bem-sucedido que vincula grupos agroecológicos, o sistema único de saúde (SUS) e o poder legislativo.

O relato de experiência refere-se ao município de Assis, localizado a oeste do estado de São Paulo. De acordo com o Censo do IBGE de 2022, Assis possui uma população estimada de 101.409 habitantes, com 4% vivendo na zona rural e 96% na área urbana (IBGE, 2022).

Descrição da Experiência

No ano de 2018, durante a realização do programa de Olericultura Orgânica, realizado pelo Senar de São Paulo, o sindicato rural de Assis e a prefeitura Municipal de Assis, os alunos/produtores sentiram a necessidade de formar um grupo com pessoas interessadas na produção agroecológica em Assis e região, dando início ao grupo “Orgânicos Assis”.

Em 28 de janeiro de 2020 o grupo realizou sua assembleia para a criação da APROA, Associação dos Produtores Orgânicos de Assis e Região. Em agosto de 2019, durante a comemoração ao dia do produtor rural, a secretaria de agricultura e meio ambiente de Assis realizou uma reunião com as produtoras e produtores da região, com a presença de lideranças do norte do Paraná, técnicos e entusiastas da produção agroecológica. O objetivo foi promover o diálogo para a discussão da causa orgânica, e resultou na deliberação do “I Fórum Regional de Agroecologia e da Produção Orgânica” realizado na Unesp de Assis, no estado de São Paulo.

Ao decorrer do fórum, o grupo se aproximou da Bancada Ativista, movimento político fundado em 2016, que atuou elegendo ativistas que possuíam pautas em comum e que, nas eleições de 2018, foram eleitos para um mandato coletivo na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). O encontro culminou na apresentação, e futuramente aprovação, de uma emenda parlamentar que visava a aquisição de alimentos agroecológicos para o projeto “Alimentação Saudável ao Portador do Vírus HIV/AIDS”, ao orçamento do Estado de São Paulo para o ano de 2020. Com a implantação desta nova modalidade de produção e financiamento, foram construídas pontes e estabelecendo-se diálogos constantes com as secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e da Saúde de Assis para alinhar o projeto às normas estaduais.

Ressalta-se também a importante articulação entre APROA, sociedade civil e secretarias municipais. A partir dessa conexão, elaborou-se a “Política Municipal de



Agroecologia e da Produção Orgânica de Assis” (Lei Ordinária nº 6935, 17/06/2021), a qual foi aprovada em 2021 na Câmara Municipal de Assis (BRASIL, 2021)

Resultados

Visando a execução da emenda parlamentar e fortalecimento da APROA, destaca-se como um resultado a adesão da APROA ao Protocolo de Transição Agroecológica, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), do Governo do Estado de São Paulo, o qual possibilitou a emissão de 14 certificados de Transição Agroecológica. O Protocolo de Intenções da Transição Agroecológica tem o objetivo de promover boas práticas agroambientais e o uso sustentável dos recursos naturais por agricultoras e agricultores, além de fomentar o incremento da produção, da oferta e do consumo de alimentos saudáveis e agrobiodiversos. Foi instituído no Estado de São Paulo pelas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Agricultura (SMA/SAA), em conjunto com a Associação De Agricultura Orgânica (AAO) e o Instituto Kairós. (BRASIL, 2018).

Para aderir o Protocolo de Transição Agroecológica, programa da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, diversas visitas técnicas foram efetuadas ao longo de 2 anos. O início foi a partir da avaliação feita por uma agrônoma nas áreas dos associados, com posterior preenchimento do checklist para adequação de acordo com as regras agroecológica.

Consideramos o percurso realizado para a adequação e cumprimento do checklist como uma experiência enriquecedora. O desejo genuíno de transformar a agricultura convencional em agroecológica estava presente em cada família que participou desse processo. Além dos benefícios ambientais, a transição teve um impacto significativo na sociabilidade dos participantes. Durante as visitas, a agrônoma responsável pôde observar uma melhora na interação social das famílias, tanto em seus ambientes privados quanto no grupo da APROA. No interior das famílias essa interação foi observada com o compartilhamento de temas de interesse em comum, bem como a divisão de tarefas para cumprir os protocolos da transição agroecológica. Entre famílias, foi possível observar um fortalecimento de vínculos, trocas de saberes e compartilhamentos do planejamento de produção.

Outro fator que aumentou o engajamento na transição agroecológica, na produção e na melhora dos aspectos relacionais entre famílias, foram os cursos de capacitação teórico-práticos. Nesses espaços, as famílias puderam aumentar o seu tempo de convivência e conhecer os lotes de cada participante, pois cada edição de curso era em uma propriedade diferente. Destaca-se como essencial para as entregas realizadas a partir da emenda parlamentar, os cursos de consultoria de adaptação da propriedade rural às normas da produção orgânica brasileira conforme a legislação, com duração de 20 horas e a consultoria de administração e planejamento rural, ambos oferecidos pelo SEBRAE. E os cursos oferecidos pelo



SENAR de olericultura orgânica, saneamento rural, produção de tomate orgânico e turismo rural.

Ao perguntarmos à uma participante dos cursos sobre sua percepção, obtivemos a seguinte resposta:

“Com certeza, mudou até nosso modo de pensar e agir, aumentando a produção e (ensinando) até a investir em frutas. Continua nesse projeto não utilizar produtos químicos e, sim, dar valor em cada etapa da natureza e saber que é possível sim comer bem e ter produtos de qualidade sem agredir o meio ambiente” R. A

Pode-se observar, durante os 2 anos do início do processo de transição agroecológica, com a mudança de manejos produtivos a partir dos cursos ministrados, as alterações nas paisagens no campo. Foram encontradas novas barreiras de proteção, córregos e nascentes com matas ciliares, áreas de reflorestamento em terra degradadas, e a troca do uso de veneno e adubos químicos por tratamentos culturais e compostagem.

No ano de 2022, após o grupo enfrentar diversos entraves burocráticos, ocorreu a liberação da verba da emenda parlamentar "Alimentação Saudável ao Portador do Vírus HIV/AIDS", renomeado como projeto "Saúde e Sustentabilidade". Com a verba de R\$107.000,00 foi possível produzir e entregar mais de 12 mil quilos de produtos agroecológicos.

Os recursos financeiros da emenda parlamentar saíram do orçamento do Estado de São Paulo, com destino ao município de Assis, sendo recebido pelo Fundo Municipal de Saúde. O Conselho Municipal de Saúde aprovou o projeto, e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) fez a gestão dos recursos e administração da execução. O planejamento de execução foi realizado a partir de reuniões de alinhamento das expectativas e possibilidades da SMS e das agricultoras e agricultores vinculados à APROA.

Os alimentos foram divididos em kits, pesando em torno de 10 quilos cada um, contendo nove variedades de alimentos, entre eles hortaliças folhosas, legumes, frutas da época, temperos e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS). O repasse da verba era realizado a cada 15 dias, de acordo com a entrega de cada família agricultora.

Movidos pela certeza das entregas para pessoas em situação de saúde vulnerável, sentiram-se ainda mais entusiasmados a produzir. Com essa articulação, a sensação de responsabilidade social e valorização foi ampliada entre o grupo. Destaca-se a percepção de um casal de agricultores sobre esse aspecto:

“Eu J.H e minha esposa, C.H, ficamos muito felizes de fazer parte de um projeto tão grandioso. Saber que nossos produtos Agroecológicos começaram a fazer parte da alimentação de tantas famílias nos deu ainda mais força para continuar essa luta de produzir alimentos saudáveis. Intensificamos ainda mais a busca por conhecimentos



para, numa próxima oportunidade, poder estar ainda mais preparado para algo que nos trouxe uma imensa alegria.” J.H .

Não foram coletadas transcrições das percepções das famílias que recebiam as cestas agroecológicas. Porém, de acordo com um agricultor que participava da entrega, semanalmente formava-se uma fila para buscar os alimentos. Em conversas informais, o agricultor relata que para muitas famílias essa seria a única “mistura” da semana, e que eram fundamentais para complementar as refeições. O momento da

entrega também proporcionava trocas de saberes sobre as formas de preparações dos alimentos que compunham a cesta,

Considerando todos os aspectos abordados, destacamos a importância da união das famílias de produtoras e produtores enquanto uma associação organizada. A partir desse vínculo outras articulações foram possíveis, tanto com o poder público quanto com a sociedade civil, e geraram benefícios para toda a sociedade. Os resultados obtidos a partir da experiência relatada continuam incidindo em melhorias ao meio ambiente, mitigação de mudanças climáticas, preservação de recursos hídricos, fortalecimento da soberania e segurança alimentar e nutricional no território e fortalecimento dos vínculos afetivos de todas as pessoas que somam e se mobilizam pela causa agroecológica no município de Assis.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei Ordinária nº 6935, de 17 de junho de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, DOM 3258, Pág. 3, 17 de junho de 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 236, de 2017. Ana do Carmo e Aldo Demarchi. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Estado. São Paulo: Alesp, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo do IBGE 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MOREIRA, Sarah et al. Caderno 1: Estado e políticas públicas. Coordenação Flavia Londres, Viviane Brochardt. Ilustração Fernando Siniscalchi. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021. (Coleção agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios; 1).

REDE PENSSAN; INSTITUTO IBIRAPITANGA; ACTIONAID BRASIL; FES-BRASIL; OXFAM BRASIL. Olhe para a fome. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.